

A TERRA DE BARRETO BASTOS

José Calasans

O Conselheiro é um grande tema. Um dos maiores assuntos da historiografia brasileira, projetado nos nossos dias. Porque existe um Antonio Conselheiro (1830-1897) antes e depois de Canudos, povoado sertanejo pelo peregrino cearense rebatizado com o nome de Belo Monte, local que serviria de palco ao maior genocídio da história nacional. Desde 1874, ano do seu aparecimento no centro das províncias da Bahia e de Sergipe, que a figura de Antonio Vicente Mendes Maciel, endeusada pelas populações interioranas e discutida por representantes dos grupos dominadores, é alvo de controvérsias muito fortes. Dir-se-ia que ele teve numerosos apelidos e maiores interpretações do que qualquer outro vulto da vida nacional. Quase um século após sua morte e destruição do seu solo sagrado, Antonio Vicente é contestado e exaltado por admiradores e críticos das mais variadas tendências de vida e pensamento. É nome-notícia a partir do longo artigo que o pequeno semanário sergipano, *O Rabudo*, editado na cidade de Estância, a ele dedicou em seu número de 22 de novembro de 1874.

Evidentemente, não tem havido unanimidade a respeito da personalidade e dos objetivos do "misterioso personagem". Variam as opiniões a seu respeito e são divergentes os discursos, que lhe comentam a vida e ação de líder sertanejo, durante cerca de um quarto de século (1874-1897). A biografia do misterioso nordestino, enriquecida nas últimas décadas de forma impressionante, vem originando interpretações sobre as interpretações, circunstância que assegura à personagem de Quixeramobim posição de relevo no quadro da nossa historiografia. Prisioneiro durante expressivo período da gaiola de ouro d' *Os Sertões*, O Bom Jesus Conselheiro está, até certo ponto, nos nossos dias livre do poder verbal do grande Euclides da Cunha. Durante prolongada fase, Conselheiro e Canudos chegaram ao nosso conhecimento via *Os Sertões*, obra imortal e imortalizadora. O quadro parece diferente agora.

O professor João Augusto Cabral Barreto Bastos, da Universidade Federal da Bahia, em sua tese de doutoramento, defendida e aprovada perante a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, figura entre os melhores conhecedores do julgamento histórico de Antonio Maciel, expondo e criticando estudos de *grandes intelectuais e intelectuais tradicionais*, seguindo a terminologia adotada e explicada por Antonio Gramsci.

Os intelectuais convocados por Barreto Bastos trazem o signo da *contemporaneidade*, mas se apresentam como homens de formação intelectual e de posição política diferenciadas. Todos, inclusive o próprio Euclides da Cunha, escrevem ao "sabor da hora", alguns deles, como o barão de Jeremoabo e frei João Evangelista de Monte Marciano, depois que conversaram e auscultaram o personagem em contatos mais ou menos demorados. Euclides da Cunha viu de perto as consequências da pregação conselheirista e a violenta e equivocada reação da sociedade política e militar que elas provocaram, enquanto Nina Rodrigues formulava seus juízos de longe, baseado nas teorias defendidas na cátedra da sua Faculdade de Medicina da Bahia. O julgamento de Euclides, também estribado num esquema teórico, foi influenciado pelo "meninos eu vi" de sua condição de correspondente de guerra, já no instante final do prélio sangrento. O depoimento de Cícero Dantas Martins, barão de Jeremoabo, é, sem dúvida alguma, produzido por uma testemunha de acusação. O barão conservador fala, muitas vezes, invocando conversas por ele presenciadas, outras tantas representando o interesse dos fazendeiros e parentes, supostamente prejudicados pela doutrinação de um "singular missionário", que era também um agente social, quando, por exemplo, condenava a escravidão e concordava no ajuntamento dos ex-escravos ao seu séquito numeroso, fato que prejudicava os fazendeiros carentes de mão de obra. O discurso de frei João Evangelista, encarregado de uma alta missão de paz, tornou-se peça condenatória, a ser explorada de modo a preparar a solução armada, que muita gente preconizava e desejava. Finalmente, como não podia deixar de ser, as informações de um militar combatente, mais

voltado para a guerra fratricida do que para a região e a gente dos sertões do Vaza-Barris, Dantas Barreto.

Para Barreto Bastos, que soube pesquisar para bem concluir, os discursos analisados, revelam a "presença de categorias e valores constitutivos de núcleo ideológico comum". E ainda: "Podemos concluir que a linha de continuidade que os articulava e lhes conferia homogeneidade era a afirmação da desigualdade ontológica dos homens".

As conclusões do autor, que se nos afiguram corretas, nascem do estudo e comentário crítico de discursos da época da guerra, "quando o tom era a destruição de Canudos, núcleo de fanáticos, de criminosos, de gente fora da lei". Verifica-se que o saber teórico e o julgamento da experiência feita se identificavam. Em verdade, porém, tudo que se escreveu e divulgou durou anos, e não teve força para se conservar até os nossos dias. O Conselheiro e Canudos não se nos afiguram no Brasil contemporâneo da mesma forma enunciada nos discursos do século passado. João Augusto Cabral Barreto Bastos está na obrigação de estudar os discursos posteriores, atualizando o Belo Monte. E esperamos que ele o faça, com a vocação de perquiridor de pensamento, que uma séria formação intelectual lhe concedeu.

BASTOS, J. A. C. Tese: *Incompreensível e bárbaro inimigo*.